

TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501317680M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ministério Público da União
MPU

CARGO:

Técnico do MPU - Administração

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

MPU - 2º SIMULADO - CARGO T01 - TÉCNICO DO MPU - ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)**Língua Portuguesa****Letícia Bastos****1**

“A persistência é o caminho mais curto para transformar sonhos em realidade.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a frase sugere que a persistência é indispensável para alcançar objetivos.
- (B) o texto afirma que todos os sonhos se tornam realidade apenas com persistência.
- (C) o uso de “mais curto” sugere que a persistência é o único caminho viável.
- (D) o termo “realidade” é utilizado de forma figurativa, indicando idealização.
- (E) a expressão “transformar sonhos” indica um processo rápido e simples.

2

“O conhecimento liberta, mas exige compromisso com a verdade.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto sugere que o conhecimento é acessível a todos, independentemente de esforços.
- (B) o verbo “liberta” implica que o conhecimento não demanda responsabilidade.
- (C) a expressão “compromisso com a verdade” indica que a verdade é sempre evidente.
- (D) o texto destaca que a busca pelo conhecimento requer responsabilidade ética.
- (E) o termo “compromisso” é usado para indicar uma obrigação apenas social.

3

“A estrutura lógica de um texto depende da coesão entre as ideias apresentadas.” Sobre a organização estrutural do texto, é correto afirmar que:

- (A) a coesão é irrelevante para a organização lógica do texto, sendo apenas um elemento estético.
- (B) a estrutura lógica do texto depende exclusivamente da escolha vocabular do autor.
- (C) a coesão entre as ideias é fundamental para garantir a clareza e a progressão textual.
- (D) a organização estrutural baseia-se apenas na sequência cronológica dos fatos apresentados.
- (E) a progressão textual é secundária em relação à estética do texto, no contexto apresentado.

4

“A leitura de um texto é um diálogo entre o autor e o leitor, mediado pelas ideias e referências compartilhadas.” Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) a coesão textual ocorre exclusivamente por meio de conectivos que unem as orações.
- (B) a intertextualidade é irrelevante para a construção de sentidos no diálogo autor-leitor.
- (C) a coerência e a intertextualidade são indispensáveis para estabelecer o diálogo entre autor e leitor.
- (D) a construção do texto é fundamentada apenas na repetição de palavras-chave.
- (E) a coesão é suficiente para que o leitor compreenda o texto sem considerar o contexto.

5

“Leia atentamente o rótulo do produto antes de utilizá-lo.” Sobre o modo de organização discursiva apresentado no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de uma narração, pois descreve uma sequência de eventos.
- (B) O texto caracteriza-se como uma exposição, pois apresenta informações técnicas.
- (C) O discurso é predominantemente argumentativo, pois busca persuadir o leitor.
- (D) É uma descrição, já que enumera as características de algo.
- (E) Configura-se como injunção, pois orienta o leitor a realizar uma ação específica.

6

“As novas regras para o trânsito de veículos entram em vigor na próxima semana, conforme a Resolução n. 345.” Sobre o tipo textual apresentado no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um texto normativo, pois apresenta regras oficiais que regulam uma situação específica.
- (B) O texto é publicitário, pois busca persuadir o leitor a adotar um comportamento específico.
- (C) Caracteriza-se como informativo, pois relata um fato sem emitir instruções.
- (D) O texto é propagandístico, já que apresenta ideias para convencer o público.
- (E) Trata-se de um texto didático, pois tem como objetivo ensinar um conteúdo.

7

“Em meio ao caos urbano, a cidade pulsa como um coração inquieto, carregando as histórias de seus habitantes.” Sobre o texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um texto não literário, pois apresenta informações factuais sobre o caos urbano.
- (B) O texto é literário, pois utiliza linguagem conotativa e recursos estilísticos para transmitir subjetividade.
- (C) Caracteriza-se como texto não literário, pois o tema central é a urbanização e seus problemas.
- (D) O texto é técnico, por apresentar uma análise sobre o impacto da urbanização.
- (E) Trata-se de um texto normativo, pois regulamenta aspectos relacionados à vida urbana.

8

“Com esforço, os objetivos podem ser alcançados.” Sobre as operações de estrutura da frase, é correto afirmar que:

- (A) A frase perderia sentido se o termo “com esforço” fosse deslocado para o final da sentença.
- (B) A substituição de “os objetivos” por “estes” comprometeria a clareza da frase.
- (C) A modificação de “podem ser alcançados” para “alcançam-se” manteria o mesmo efeito de sentido e estrutura sintática.
- (D) A retirada do termo “com esforço” não alteraria significativamente o sentido da frase.
- (E) O deslocamento de “com esforço” para o final da frase manteria a coerência e o sentido original.

9

“Apesar de ter estudado bastante, o resultado da prova não foi satisfatório.” Sobre a estrutura da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) Há um problema de concordância verbal entre “o resultado” e “foi”.
- (B) O texto apresenta um erro de regência, pois “apesar de” exige que o complemento seja um substantivo ou equivalente.
- (C) A frase carece de clareza, pois não explicita a relação entre estudo e resultado.
- (D) O uso do conectivo “apesar de” é inadequado, pois não indica oposição.
- (E) O termo “satisfatório” é incompatível com o sentido do restante da frase.

10

“Ele disse que amanhã partirá para outra cidade.” Sobre a organização sintática da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) A oração “que amanhã partirá para outra cidade” funciona como complemento verbal da oração principal.
- (B) A palavra “que” introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- (C) A expressão “amanhã partirá” apresenta sujeito indeterminado, pois não há indicação explícita.
- (D) A oração principal está subordinada à oração introduzida pelo conectivo “que”.
- (E) O termo “para outra cidade” desempenha a função de complemento nominal na frase.

11

“Naquele dia, muitas histórias foram contadas pelos idosos.” Sobre a estrutura da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) A frase está na ordem direta, pois apresenta a sequência lógica de sujeito, verbo e complemento.
- (B) O termo “Naquele dia” é o complemento do verbo “foram contadas”.
- (C) A inversão da frase para “Muitas histórias pelos idosos foram contadas naquele dia” altera o sentido original.
- (D) A inversão dos termos “Naquele dia” e “muitas histórias” compromete a coerência da frase.
- (E) A frase está na ordem inversa, pois o termo “Naquele dia” foi antecipado para destacar a circunstância temporal.

12

João disse: “Amanhã visitarei meus avós.” Sobre o tipo de discurso apresentado no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de discurso indireto, pois a fala de João foi adaptada pelo narrador.
- (B) O texto apresenta discurso indireto livre, já que mistura a fala de João com a narração.
- (C) Configura-se como discurso narrativo, pois relata uma sequência de eventos.
- (D) É um exemplo de discurso descritivo, pois detalha uma situação futura.
- (E) Trata-se de discurso direto, pois a fala de João é reproduzida exatamente como foi dita.

13

“Tá tudo certo, pode deixar que eu resolvo isso pra você.” Sobre o registro de linguagem empregado no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um registro formal, adequado a contextos oficiais.
- (B) O texto apresenta um registro técnico, característico de textos científicos.
- (C) O registro é informal, marcado pela oralidade e por formas simplificadas de expressão.
- (D) O texto exemplifica o registro coloquial, mas é adequado para uma situação acadêmica.
- (E) A linguagem utilizada é erudita, com vocabulário rebuscado.

14

“Compre já o novo livro que está transformando vidas!” A função predominante no texto apresentado é:

- (A) Metalinguística, pois o texto fala sobre o próprio ato de escrita.
- (B) Conativa, porque busca persuadir o leitor a realizar uma ação.
- (C) Emotiva, pois revela as emoções do autor em relação ao livro.
- (D) Referencial, já que transmite informações objetivas sobre o livro.
- (E) Fática, pois o objetivo principal é verificar o canal de comunicação.

15

“Preciso que você revise o relatório até amanhã.” No ato comunicativo representado pelo texto, o elemento predominante é:

- (A) O receptor, pois a mensagem é direcionada a alguém específico com uma solicitação clara.
- (B) O emissor, que expressa sua necessidade de maneira objetiva.
- (C) O canal, já que a comunicação depende do meio pelo qual é transmitida.
- (D) O código, pois a mensagem utiliza a língua portuguesa como sistema linguístico.
- (E) O contexto, que define o motivo pelo qual o relatório deve ser revisado.

16

“O desinteresse dos alunos foi evidente durante a palestra.” Sobre a palavra “desinteresse”, é correto afirmar que:

- (A) É formada por derivação parassintética, pois houve adição simultânea de prefixo e sufixo.
- (B) É composta por aglutinação, pois ocorre alteração no radical das palavras que a compõem.
- (C) Resulta de composição por justaposição, pois os elementos foram unidos sem alteração fonética.

(D) É formada por derivação prefixal, com a adição do prefixo “des-” ao radical “interesse”.

(E) É um exemplo de hibridismo, por combinar elementos de diferentes origens linguísticas.

17

“A ONU atua em várias frentes globais, incluindo segurança e saúde.” Sobre a forma abreviada “ONU”, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de uma sigla que deve ser lida como uma palavra, pois é pronunciável.
- (B) A abreviação de “ONU” é considerada um acrônimo, já que forma uma palavra corrente.
- (C) “ONU” não pode ser considerada uma sigla, pois suas letras não representam palavras distintas.
- (D) É uma sigla que não forma uma palavra pronunciável, sendo lida pelas letras separadamente.
- (E) O termo “ONU” é um exemplo de abreviação lexical, pois reduziu o tamanho original da expressão.

18

“Embora cansado, ele continuou a trabalhar com determinação.” Sobre as classes de palavras presentes no texto, é correto afirmar que:

- (A) O termo “cansado” é um advérbio, pois indica uma circunstância relativa ao sujeito.
- (B) O vocábulo “embora” é uma conjunção subordinativa concessiva, que introduz uma ideia de contraste.
- (C) A palavra “determinação” é um verbo, pois expressa uma ação praticada pelo sujeito.
- (D) O termo “continuou” é uma preposição, pois estabelece relação entre palavras da oração.
- (E) O vocábulo “com” é um advérbio, pois modifica o sentido do verbo “trabalhar”.

19

“O projeto desabrochou como uma flor no meio do deserto.” Com base no texto, é correto afirmar que o sentido figurado está presente na palavra:

- (A) “projeto”, pois representa uma ideia abstrata e generalizada.
- (B) “deserto”, porque simboliza um local isolado e inóspito.
- (C) “desabrochou”, que sugere o desenvolvimento ou realização de algo, comparado ao florescimento.
- (D) “flor”, pois é usada para indicar beleza literal e concreta.
- (E) “meio”, que expressa a ideia de um espaço central de forma literal.

20

“Ela aludiu à obra com grande entusiasmo durante a reunião.” Sobre o uso do sinal indicativo de crase no texto, é correto afirmar que:

- (A) Não deveria ocorrer crase, pois “obra” é um substantivo comum e não exige artigo definido.
- (B) O uso da crase é obrigatório, pois o verbo “aludir” exige a preposição “a” e “obra” admite artigo definido.
- (C) A ausência do artigo definido tornaria o uso da crase facultativo nesse caso.
- (D) O emprego da crase está incorreto, pois não há regência que justifique sua presença.
- (E) A crase ocorre devido à fusão da preposição exigida pelo verbo “aludir” com o artigo definido feminino que acompanha “obra”.

Noções de Sustentabilidade

Renato Pulz

21

O legislador originário, inspirado nos movimentos ambientalistas que estavam acontecendo ao redor do mundo na segunda metade do século XX, dedicou um capítulo específico para o meio ambiente em nossa Carta Magna. Conforme as disposições do art. 225 da CF/1988, marque a alternativa correta.

- (A) O meio ambiente ecologicamente equilibrado, por sua relevância, é um bem público de uso especial.
- (B) Não é atribuição do poder público fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético, pois é atividade eminentemente privada.
- (C) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente.
- (D) Uma mineradora que degrada o meio ambiente ao explorar uma mina de minério de ferro poderá escolher a forma de recuperar o local e como destinará os resíduos.
- (E) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Caatinga são patrimônios nacionais.

22

Na segunda metade do século XX, o ser humano viu-se frente a um dilema: as importantes transformações industriais e tecnológicas que a civilização alcançara também levaram a consequências nefastas para a natureza, colocando em risco as condições de vida no planeta. Para alguns autores, o uso da bomba atômica foi o momento crítico, a virada de chave, quando se vislumbrou o potencial do ser humano para destruir a vida. Surgiram movimentos sociais ambientalistas e de organizações internacionais. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) A Eco-72 no Brasil fez um primeiro balanço do impacto humano global no ambiente.
- (B) Relatório Brundtland introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável.
- (C) O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que não compromete a habilidade de atender suas próprias necessidades atuais.
- (D) O relatório Brundtland foi desenvolvido por uma comissão ao final da Eco-92 no Brasil.
- (E) A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, pode-se perceber que tal conceito diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente.

23

A Lei Complementar n. 140/2011 fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Sobre o assunto, marque a alternativa correta.

- (A) Licença ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.
- (B) É de competência administrativa dos Estados promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas dentro do respectivo Estado.
- (C) É da competência dos Estados promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, inclusive em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
- (D) Os entes federativos podem valer-se de consórcios públicos e convênios, entre outros, como instrumentos de cooperação institucional na proteção do meio ambiente.
- (E) A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 180 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.

24

“Balão cai dentro do Parque Ibirapuera, na Zona Sul de SP, e pega fogo” (Fonte: TV Globo e G1 SP — São Paulo em 29/07/24). A notícia faz referência a uma prática comum em várias partes do país. Mas como se sabe não é livre de consequências, sejam ambientais, econômicas e por vezes acabam causando danos à integridade física e até morte de seres humanos e outros animais. Há uma série de práticas que parte da sociedade, seja por costume ou tradição, ainda não enxerga como prejudicial e merecedora da tutela penal. No entanto, a lei de crimes ambientais criminalizou várias condutas com potencial de dano ao bem jurídico meio ambiente. Sobre o tema e as disposições legais, marque a alternativa correta.

- (A) Se o sujeito provocar, sem querer, um incêndio em floresta por ter feito uma fogueira durante um acampamento, não comete crime ambiental.
- (B) Soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas é somente infração administrativa, com pena de multa.
- (C) Aquele que destruir ou danificar uma roseira de um logradouros públicos ou em propriedade privada alheia comete crime.
- (D) Comete crime quem compra lenha e guarda em casa sem licença válida para todo o tempo do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.
- (E) A pichação nos dias de hoje é considerada arte, por isso não é crime.

25

As mudanças climáticas são um fenômeno que, apesar de algumas vozes contrárias, fazem parte do centro dos debates no terceiro milênio. O século 21 pode ser facilmente chamado do século das mudanças climáticas. Na 21ª Conferência das Partes (COP21), em Paris no ano de 2015, foi adotado um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. No Brasil, no ano de 2009, foi publicada a Lei n. 12.187, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMCM. Acerca do assunto, marque a alternativa correta.

- (A) Mitigação significa iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- (B) Uma das diretrizes da PNMCM são as ações de mitigação da mudança do clima em consonância com o desenvolvimento sustentável, que sejam sempre mensuráveis para sua adequada quantificação e verificação *a posteriori*.

- (C) O Plano Nacional sobre Mudança do Clima é um instrumento institucional para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima.
- (D) As florestas, os oceanos e os solos são exemplos de sumidouros de CO₂ e outros gases de efeito estufa.
- (E) Gases de efeito estufa são os constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação gama.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

Matheus Atalanio

26

Sobre a Agenda 2030 da ONU, pode-se afirmar que:

- (A) a Agenda 2030 possui 10 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), focados exclusivamente na erradicação da pobreza.
- (B) a Agenda 2030 é um documento vinculante, obrigando os Estados membros a adotarem suas metas sob pena de sanções.
- (C) os ODS incluem metas relacionadas à igualdade de gênero, educação de qualidade e combate às mudanças climáticas.
- (D) a Agenda 2030 foi adotada em 2000 como parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).
- (E) o Brasil não possui estratégias específicas para implementar os ODS em nível nacional.

27

Sobre a Teoria das Gerações dos Direitos Humanos, prevista comumente dentro da Teoria Geral dos Direitos Humanos, assinale a única afirmativa correta.

- (A) A primeira geração dos direitos humanos está associada a direitos econômicos e sociais, como saúde e educação.
- (B) A segunda geração inclui direitos civis e políticos, como liberdade de expressão e direito ao voto.
- (C) A terceira geração abrange direitos difusos, como o direito ao meio ambiente e ao desenvolvimento.
- (D) A quarta geração refere-se exclusivamente a avanços tecnológicos, como a proteção de dados pessoais.
- (E) As gerações de direitos humanos são hierarquizadas, com prioridade para a primeira geração.

28

Sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, conforme a Lei n. 10.048/2000 (e suas alterações), pode-se afirmar que:

- (A) a prioridade de atendimento estende-se apenas aos serviços públicos essenciais.
- (B) o direito à prioridade inclui atendimento preferencial, mas exclui adaptação de espaços físicos.
- (C) a Lei prevê que os serviços de transporte coletivo devem ser adaptados para atender às necessidades das pessoas com deficiência.
- (D) a prioridade de atendimento é condicionada à comprovação de incapacidade econômica.
- (E) a Lei não contempla sanções para o descumprimento da prioridade de atendimento.

29

Sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), pode-se afirmar que:

- (A) o Estatuto define deficiência como qualquer limitação física ou sensorial, independentemente de interação com barreiras sociais.
- (B) o artigo 4º da Lei assegura que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- (C) o Estatuto exclui o direito à educação inclusiva, determinando que as instituições especializadas são mais adequadas.
- (D) a Lei permite a restrição de direitos das pessoas com deficiência para proteger interesses econômicos de terceiros.
- (E) o Estatuto considera que as empresas privadas não são obrigadas a garantir acessibilidade em seus serviços.

30

Sobre as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme a Lei n. 10.098/2000 (e suas alterações), pode-se afirmar que:

- (A) a Lei exige que todos os edifícios privados sejam adaptados para acessibilidade, independentemente de sua utilização ou fluxo de pessoas.
- (B) a Lei obriga a instalação de sinalização tátil em pisos para orientação de pessoas com deficiência visual ou baixa visão em locais públicos e privados de uso coletivo.
- (C) a Lei estabelece que as calçadas devem ser projetadas apenas para pedestres com mobilidade reduzida, sem contemplar outras deficiências.
- (D) a Lei exclui o transporte público da obrigatoriedade de adaptação para acessibilidade.
- (E) a Lei prevê sanções apenas administrativas para o descumprimento de suas normas, sem menção à responsabilidade civil ou penal.

Legislação Institucional

Mario Elesbão e Glauber Marinho

31

De acordo com a Lei Complementar n. 75/1993, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I – O Ministério Público da União, por ser de abrangência federal, engloba o MPF, MP dos Estados, MPDFT, MPT e MPM, excluindo-se apenas o Ministério Público junto aos tribunais de Conta.
- II – São princípios do MP, a Unidade, a Indivisibilidade e a Independência Funcional. Assim sendo, diante do Princípio da Unidade, o MPT, o MPM e o MPDFT, além de evidentemente do MPF por serem ramos do MPU, estão sob a direção de um único Procurador-Geral, o Procurador Geral da República.
- III – É notório que, dos quatro ramos que compõem o MPU, o MPF é o mais destacado devendo, portanto, consoante a Constituição, o PGR deve ser necessariamente oriundo desse ramo, além de ser do nível mais alto da carreira, ou seja, devendo ser um Subprocurador-Geral da República.

- (A) Todas estão corretas.
- (B) Apenas a I e a II estão corretas.
- (C) Apenas a II e a III estão corretas.
- (D) Apenas a III está correta.
- (E) Nenhuma está correta.

32

A proposta de orçamento do Ministério Público da União:

- (A) é veiculada em lei específica, de iniciativa do Procurador-Geral da República.
- (B) é apresentada e proposta pelo Procurador-Geral da República e aprovada por ato do Colégios de Procuradores da República.
- (C) é apresentada e proposta pelo Procurador-Geral da República e aprovada por ato de competência privativa do Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) é apresentada e proposta pelo Procurador-Geral da República e aprovada por ato de competência privativa do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União.
- (E) submete-se aos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

33

O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial, tendo em vista

- (A) a repressão e a correção da ilegalidade.
- (B) a subordinação dos órgãos incumbidos da segurança pública.
- (C) a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio privado.
- (D) a prevenção do abuso de poder.
- (E) a disponibilidade da persecução penal.

34

Quando da apuração de infração ao Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), é possível que o caso em concreto trate de algo sem previsibilidade expressa da norma. Nesse cenário, conforme a Portaria n. 98/2017, os casos omissos deverão ser resolvidos

- (A) pelo Diretor(a) da ESMPU.
- (B) pelo(a) Procurador(a)-Geral da República.
- (C) pelo Comitê de Integridade.
- (D) pela Comissão Permanente de Ética.
- (E) pelo(a) Diretor(a)-Geral.

35

Constam como elementos fundamentais que devem nortear o Programa de Integridade do Ministério Público da União, exceto:

- (A) governança pública.
- (B) profissionalismo e meritocracia.
- (C) prestação de contas e responsabilização.
- (D) aprimoramento e complexificação regulatória, dada a sensibilidade do tema integridade.
- (E) inovação.

Noções de Direito Constitucional

Vinícius Marques

36

Considere as disposições constitucionais sobre os princípios fundamentais e os direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de propriedade não pode ser limitado pelo Estado, uma vez que se trata de uma garantia fundamental inviolável.
- (B) A liberdade de expressão admite censura prévia, desde que se destine a proteger a moral pública e os bons costumes.
- (C) Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados pelo Congresso, em qualquer caso, têm hierarquia de lei ordinária.
- (D) A casa é asilo inviolável do indivíduo, mas permite-se a entrada sem consentimento do morador em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, bem como durante o dia, por determinação judicial.
- (E) A prática de qualquer religião é livre, podendo o Estado determinar as crenças de caráter obrigatório nas escolas públicas, em conformidade com o princípio da laicidade.

37

Considerando os direitos sociais elencados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- I – O direito à moradia, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, impede a penhora do bem de família do fiador em contrato de locação residencial, conforme entendimento consolidado do STF.
- II – O direito à saúde, garantido pelo artigo 6º da Constituição, não pode ser reivindicado judicialmente para obrigar o Estado a fornecer medicamentos de alto custo não incorporados nas políticas públicas de saúde.
- III – O direito à educação, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, é considerado uma norma programática, não gerando obrigações imediatas para o Estado

Dentre tais informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a III está correta.
- (B) Apenas a II e III estão corretas.
- (C) Apenas a I e III estão corretas.
- (D) Apenas a I está correta.
- (E) Nenhuma está correta.

38

À luz dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, bem como da jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- (A) A fixação de percentual máximo para participação feminina em concursos públicos para cargos militares estaduais é constitucional, desde que justificada pela natureza das funções desempenhadas.
- (B) A descriminalização da posse de substâncias entorpecentes para uso pessoal foi reconhecida pelo STF, que estabeleceu critérios objetivos para diferenciar usuário de traficante, incluindo a quantidade de 40 gramas de cannabis como limite para consumo pessoal.
- (C) A Lei n. 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros, foi declarada inconstitucional pelo STF por violar o princípio da igualdade.
- (D) O STF reconheceu a constitucionalidade de leis estaduais que estabelecem critérios diferenciados de admissão em cargos públicos com base no gênero, visando atender a peculiaridades regionais.
- (E) A prática de tortura é admitida pela Constituição Federal em situações excepcionais que envolvam a segurança nacional, desde que autorizada por autoridade competente.

39

Ainda acerca dos direitos sociais à luz da Constituição e da jurisprudência, analise cada um dos itens e assinale a alternativa CORRETA.

- I – O direito ao trabalho, assegurado pelo artigo 7º da Constituição, permite a livre iniciativa, mas não garante proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa.
 - II – O direito à segurança, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, é considerado uma cláusula pétrea, não podendo ser objeto de emenda constitucional que vise abolir-lo.
 - III – É assegurada a participação dos trabalhadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação, devendo a lei definir a participação dos empregadores.
- (A) Apenas a II está correta.
 - (B) Apenas a II e III estão corretas.
 - (C) Apenas a I e II estão corretas.
 - (D) Apenas a III está correta.
 - (E) Nenhuma das alternativas está correta.

40

Considerando os direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988 e as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- (A) O STF decidiu que cônjuges e parentes até o segundo grau não podem ocupar simultaneamente cargos de chefia nos Poderes Executivo e Legislativo no mesmo ente federativo, visando evitar a concentração de poder familiar.
- (B) Em decisão recente, o STF invalidou a regra de distribuição de sobras eleitorais que permitia a partidos que não atingiram o quociente eleitoral participarem da distribuição, aplicando a mudança já nas eleições de 2024.
- (C) A Constituição Federal permite a reeleição indefinida para cargos do Poder Executivo, desde que haja alternância de partidos no poder.
- (D) O STF reconheceu, em decisão recente, a possibilidade de candidaturas avulsas (sem filiação partidária) para cargos eletivos, desde que o candidato comprove apoio de um percentual mínimo de eleitores.
- (E) A perda ou suspensão dos direitos políticos ocorre exclusivamente em casos de condenação criminal transitada em julgado, não havendo outras hipóteses previstas na Constituição.

41

Com base nas disposições constitucionais sobre o Poder Judiciário e as funções essenciais à justiça, bem como na jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA.

- I – O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) possui competência para fiscalizar atos administrativos e jurisdicionais dos magistrados, visando assegurar a moralidade no exercício da função pública.
 - II – O Ministério Público possui autonomia funcional e administrativa, mas seus membros não podem promover ações civis públicas visando a defesa de direitos difusos, pois tal função é exclusiva da Defensoria Pública.
 - III – O Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, reafirmou que a atividade correccional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não alcança o mérito das decisões jurisdicionais, mas limita-se à fiscalização de atos administrativos e disciplinares.
- (A) Apenas a I está correta.
 - (B) Apenas a I e III estão corretas.
 - (C) Apenas a I e II estão corretas.
 - (D) Apenas a III está correta.
 - (E) Nenhuma das alternativas está correta.

42

Com base nas disposições constitucionais sobre o Poder Judiciário e as funções essenciais à justiça, bem como na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, reafirmou que o Ministério Público não possui a função de representar o interesse da sociedade em ações que envolvem a proteção de interesses individuais homogêneos, como nas questões relacionadas ao direito do consumidor.
- (B) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pode, com base no controle da conduta funcional dos magistrados, revisar decisões jurisdicionais e alterar o conteúdo de sentenças proferidas, desde que considere a decisão como contrária à moralidade administrativa.
- (C) A Defensoria Pública tem a competência para representar em ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) perante o Supremo Tribunal Federal, conforme decisão recente do STF que ampliou as atribuições da instituição.
- (D) Recentemente, o STF decidiu que o Ministério Público não pode propor ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), pois a Constituição Federal não contempla expressamente essa prerrogativa para a instituição, ao contrário do que ocorre com a Procuradoria-Geral da República.
- (E) O Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, estabeleceu que a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nas investigações sobre a conduta dos magistrados deve ser restrita à verificação de práticas administrativas, sem qualquer possibilidade de intervenção no mérito das decisões judiciais.

43

Ainda sobre o tema: Do Poder Judiciário; Das Funções Essenciais à Justiça, analise os itens e assinale a alternativa CORRETA.

- I – De acordo com a CF/1988: A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- II – De acordo com recente decisão, o STF reafirmou a independência funcional do Ministério Público, mas declarou inconstitucional a instauração de procedimentos administrativos por promotores de justiça sem supervisão direta do Procurador-Geral da República.
- III – O artigo 134 da Constituição Federal foi interpretado pelo STF, em 2024, para garantir à Defensoria Pública a competência de promover ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) perante o Supremo Tribunal Federal.

(A) Apenas a I está correta.

(B) Apenas a II e III estão corretas.

(C) Apenas a I e II estão corretas.

(D) Apenas a III está correta.

(E) Todas as alternativas estão corretas.

44

À luz das disposições constitucionais sobre a administração pública, bem como da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em qualquer hipótese, salvo quando se tratar de cargos na área da saúde e da educação, independentemente da comprovação de compatibilidade de horários, desde que respeitado o teto remuneratório.
- (B) Conforme decisão do STF, a Administração Pública pode anular atos administrativos que gerem direitos aos administrados a qualquer tempo, independentemente de o prazo decadencial de cinco anos previsto na Lei n. 9.784/1999 ter se esgotado, caso o ato seja considerado inconstitucional.
- (C) Os princípios da eficiência e da moralidade administrativa permitem que o agente público, no exercício de sua função, realize atos administrativos visando à maior economia e agilidade, ainda que isso implique relativizar o princípio da legalidade.
- (D) O STF decidiu que a estabilidade do servidor público só pode ser alcançada após três anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação de desempenho, sendo vedada a concessão de estabilidade sem o cumprimento cumulativo dessas condições, conforme o artigo 41 da Constituição Federal.
- (E) É legítima a concessão de pensão vitalícia a servidor público em decorrência de decisão administrativa, mesmo que não se comprove a necessidade econômica ou a existência de previsão legal específica, desde que o ato tenha sido praticado por autoridade competente.

45

Ainda sobre aspectos relacionados à Administração Pública, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise os itens e assinale a alternativa CORRETA.

- I – O princípio da publicidade permite que a administração pública divulgue dados pessoais de servidores ou de cidadãos, desde que haja interesse público envolvido, sem necessidade de observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- II – A concessão de aposentadoria especial a servidores públicos é automática ao atingirem idade e tempo de contribuição necessários, dispensando comprovação de condições de trabalho insalubres ou perigosas.
- III – Conforme determina a CF/1988, a aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

- (A) Apenas a I está correta.
- (B) Apenas a II e III estão corretas.
- (C) Apenas a I e II estão corretas.
- (D) Apenas a III está correta.
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

Teoria Geral do Processo

Rafael de Oliveira

46

Sobre os princípios constitucionais processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) O contraditório e a ampla defesa são garantias que podem ser relativizadas em processos administrativos, dependendo do interesse público envolvido.
- (B) O devido processo legal é uma garantia exclusiva dos processos judiciais, não sendo aplicável aos procedimentos administrativos.
- (C) A inafastabilidade da jurisdição permite a criação de barreiras processuais para determinados tipos de ações.
- (D) O princípio da publicidade admite exceções nos casos previstos em lei, como para resguardar a intimidade das partes.
- (E) O juiz pode descumprir o devido processo legal desde que atue em nome do interesse público e da ordem social.

47

Sobre jurisdição, analise as alternativas e escolha a correta.

- (A) A jurisdição voluntária não admite litígios entre as partes, sendo caracterizada pela colaboração do juiz na administração de interesses privados.
- (B) A jurisdição é ilimitada no âmbito do território nacional, podendo ser exercida pelo Estado sem restrições.
- (C) A jurisdição penal é sempre exclusiva da Justiça comum, exceto em casos de competência da Justiça Militar.
- (D) A jurisdição pode ser transferida a organismos internacionais, desde que não envolva questões de soberania nacional.
- (E) A jurisdição contenciosa é exercida pelo juiz apenas quando solicitado por uma das partes, independentemente da existência de conflito.

48

Sobre condições da ação e pressupostos processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) A ausência de interesse processual é um vício sanável, podendo ser corrigido durante o andamento do processo.
- (B) A ausência de pressupostos processuais acarreta a nulidade do processo, ainda que sejam requisitos secundários.
- (C) A legitimidade das partes é uma condição da ação, enquanto a citação válida é um pressuposto processual.
- (D) A ilegitimidade passiva acarreta, obrigatoriamente, a extinção do processo com resolução de mérito.
- (E) O interesse processual é analisado somente na fase de execução, pois depende da demonstração do prejuízo da parte autora.

49

Sobre competência, analise as alternativas e assinale a correta.

- (A) A competência em razão da matéria pode ser alterada por convenção das partes, desde que o objeto do processo seja disponível.
- (B) Nos Juizados Especiais Federais, a competência territorial é absoluta, sendo vedado seu afastamento pelas partes.
- (C) A incompetência absoluta pode ser reconhecida de ofício pelo juiz a qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- (D) A incompetência relativa pode ser arguida a qualquer tempo e reconhecida de ofício pelo juiz.
- (E) A competência funcional é fixada em razão do valor da causa, não admitindo flexibilização.

50

Sobre os métodos alternativos de solução de conflitos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A arbitragem é regulada por lei específica, exige cláusula compromissória e tem caráter obrigatório para as partes que a escolheram.
- (B) A mediação visa à solução de conflitos por meio da autocomposição, sendo especialmente indicada para disputas que envolvem relações continuadas.
- (C) A conciliação é conduzida por um terceiro neutro que propõe soluções para o conflito, podendo envolver ou não relações continuadas.
- (D) O uso de métodos alternativos está alinhado ao princípio do acesso à justiça, que incentiva a solução consensual de conflitos.
- (E) Os métodos alternativos de solução de conflitos substituem integralmente a função jurisdicional do Estado.

Noções de Direito Penal

Carolina Carvalho

51

A respeito da imputabilidade penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado exclui apenas a pena, mas não a possibilidade de aplicação de medida de segurança.
- (B) São inimputáveis os menores de 18 anos, salvo nos casos em que demonstrarem maturidade suficiente para compreender o caráter ilícito do fato.
- (C) A embriaguez voluntária ou culposa pelo consumo de álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal, desde que o agente não tenha previsto o resultado.
- (D) O Código Penal considera imputável o agente que, por motivo de embriaguez completa accidental, não tinha, ao tempo da ação ou omissão, capacidade de entendimento sobre o ilícito do fato.
- (E) São imputáveis os maiores de 18 anos, salvo quando a embriaguez accidental completa os privar de consciência sobre o caráter ilícito do fato.

52

João, determinado a praticar um roubo, solicita ajuda de Pedro, que empresta uma arma de fogo. Pedro não participa do ato diretamente, mas é ciente do objetivo de João. Durante o roubo, João efetua um disparo de arma de fogo que atinge e mata a vítima. Pedro alega que não deveria ser responsabilizado, pois não participou do crime em si.

Com base no caso narrado e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa **correta**.

- (A) Pedro não pode ser responsabilizado pelo crime, pois sua participação foi apenas acessória e ele não esteve presente no local do fato.
- (B) Pedro deve responder pelo crime de roubo com resultado morte (latrocínio) em coautoria, pois emprestar a arma configura adesão consciente ao crime, ainda que não tenha participado do ato diretamente.
- (C) Pedro deve responder apenas pelo crime de porte ilegal de arma, já que sua conduta não influenciou diretamente o desfecho do roubo praticado por João.
- (D) Pedro é isento de pena, pois o resultado morte não era previsível quando emprestou a arma a João.
- (E) Pedro deve ser responsabilizado por participação no roubo, mas não pelo resultado morte, uma vez que não houve vínculo subjetivo entre ele e João quanto ao desfecho trágico.

53

Joana foi submetida a julgamento após ter cometido um crime em estado de absoluta incapacidade de entender o caráter ilícito de sua conduta, em decorrência de doença mental devidamente comprovada por laudo pericial. O juiz reconheceu sua inimputabilidade, aplicando medida de segurança consistente em internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

Com base na legislação penal e na jurisprudência, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A medida de segurança aplicada a Joana possui prazo indeterminado, mas sua duração não pode ultrapassar o prazo máximo fixado para a pena privativa de liberdade cominada ao crime praticado.
- (B) O tempo de duração da medida de segurança está condicionado à gravidade do crime praticado e à pena que seria aplicada caso Joana fosse imputável.
- (C) Para a cessação da medida de segurança, é indispensável a comprovação de que Joana não oferece mais periculosidade, mediante perícia médica.
- (D) Joana poderá optar pela substituição da internação por tratamento ambulatorial, desde que assuma o compromisso de seguir todas as orientações médicas.
- (E) Caso Joana pratique outro delito durante a vigência da medida de segurança, esta será automaticamente convertida em pena privativa de liberdade, com início do cumprimento imediato.

54

Durante uma auditoria interna, foi constatado que o servidor público Paulo, no exercício de suas funções, apropriou-se de valores pertencentes à administração pública. Paulo, ao ser confrontado, confessou que usou os recursos para fins particulares e prometeu devolvê-los. Contudo, sua conduta foi devidamente registrada e encaminhada para apuração criminal.

Com base no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Paulo responderá pelo crime de peculato, ainda que tenha confessado o delito e prometido a devolução dos valores.
- (B) A devolução integral dos valores por Paulo extingue a punibilidade do crime de peculato, caso ocorra antes do recebimento da denúncia.
- (C) A confissão do crime por Paulo configura arrependimento eficaz, excluindo a tipicidade de sua conduta.
- (D) Paulo só poderá responder pelo crime de peculato se ficar comprovado que causou prejuízo efetivo à administração pública.
- (E) A promessa de devolução dos valores por Paulo caracteriza causa obrigatória de redução da pena do crime de peculato.

55

João, proprietário de um restaurante, recusou-se a atender Marta e sua família com base em critérios de discriminação racial, afirmando que seu estabelecimento “não era lugar para pessoas como eles”. Marta noticiou o ocorrido às autoridades competentes, e João foi indiciado. Com base na Lei n. 7.716/1989, assinale a alternativa **correta**.

- (A) João responderá pelo crime de preconceito de raça ou cor, com pena de reclusão, sendo vedada a concessão de fiança.
- (B) A conduta de João configura contravenção penal, punida com multa, devido à discriminação praticada em local público.
- (C) A ação penal contra João somente poderá ser iniciada após representação formal de Marta.
- (D) João poderá responder pelo crime de preconceito de raça ou cor, mas sua pena poderá ser substituída por medidas alternativas, dependendo da gravidade do caso.
- (E) O crime cometido por João é imprescritível e sujeito a graça ou anistia, conforme previsto na Constituição Federal.

56

Durante uma investigação policial, o delegado Carlos determinou que o investigado José fosse algemado, mesmo sem qualquer resistência ou risco de fuga. Além disso, Carlos permitiu que imagens de José algemado fossem divulgadas à imprensa. Após apuração, ficou comprovado que a conduta do delegado não se justificava.

Com base na Lei n. 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa **correta**.

- (A) A conduta de Carlos é lícita, pois a decisão sobre o uso de algemas cabe exclusivamente à autoridade policial.
- (B) O delegado Carlos cometeu abuso de autoridade, pois a Lei n. 13.869/2019 proíbe o uso de algemas sem justificativa e a exposição indevida de pessoas.
- (C) A divulgação das imagens de José não configura abuso de autoridade, pois a publicidade de atos processuais é regra no ordenamento jurídico brasileiro.
- (D) A utilização de algemas em qualquer situação é permitida, desde que seja ordenada por uma autoridade pública competente.
- (E) Para que o delegado Carlos seja responsabilizado, é necessário que José represente formalmente contra ele, pois a ação penal em crimes de abuso de autoridade é condicionada à representação.

57

Ana foi condenada por um crime cuja pena privativa de liberdade foi fixada em 2 anos de reclusão. Considerando que a ré possui bons antecedentes e não reincidiu, o juiz optou por substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Com base no Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é vedada para crimes dolosos.
- (B) A pena restritiva de direitos pode consistir em prestação de serviços à comunidade ou interdição temporária de direitos, entre outras modalidades.
- (C) A pena restritiva de direitos não pode ser aplicada cumulativamente com multa, ainda que ambas sejam previstas na sentença.
- (D) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos depende da confissão formal e integral da prática delitiva pelo réu.
- (E) A pena privativa de liberdade inferior a 4 anos jamais pode ser substituída por pena restritiva de direitos, ainda que preenchidos os requisitos legais.

58

João foi condenado pelo crime de furto qualificado, e a sentença determinou a pena com base no cálculo trifásico previsto no Código Penal. O juiz fixou a pena-base acima do mínimo legal em razão da valoração negativa das circunstâncias judiciais, aumentou a pena na segunda fase devido à reincidência e aplicou causa de aumento de pena na terceira fase.

Sobre a aplicação da pena, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A pena-base deve ser fixada no mínimo legal, sendo vedada qualquer majoração nessa fase.
- (B) A valoração das circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal é discricionária, não precisando ser fundamentada pelo juiz.
- (C) A reincidência é uma agravante que deve ser considerada na segunda fase da dosimetria da pena, conforme o artigo 61 do Código Penal.
- (D) As causas de aumento ou diminuição de pena são analisadas na primeira fase da dosimetria, conforme a gravidade do crime.
- (E) Na fixação da pena, o juiz deve observar apenas as circunstâncias objetivas do delito, sendo irrelevantes as características pessoais do réu.

59

Sobre a extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A morte do agente ocorre automaticamente como causa de extinção da punibilidade, independentemente do momento em que o fato criminoso foi praticado.
- (B) A extinção da punibilidade pela prescrição pode ocorrer a qualquer momento, sendo irrelevante o prazo previsto para o tipo penal.
- (C) O perdão judicial é uma causa de extinção da punibilidade que pode ser concedida em qualquer fase do processo, desde que o réu tenha cometido o crime de forma culposa.
- (D) A renúncia ao direito de queixa, no caso de ação penal privada, gera a extinção da punibilidade, mesmo após o início da instrução processual.
- (E) O cumprimento integral da pena imposta ao condenado não gera a extinção da punibilidade, pois a punibilidade só se extingue com a sentença transitada em julgado.

60

Sobre os crimes praticados por particulares contra a administração em geral e os crimes contra a administração da justiça, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O particular que alterar ou falsificar um documento público, com o intuito de prejudicar o regular andamento de um processo, responderá tanto pelo crime de falsificação de documento quanto pelo crime de fraude processual, independentemente da comprovação do dano.

(B) A figura do “tráfico de influência” é caracterizada pela promessa de vantagem indevida por parte de um particular a um funcionário público, e não exige qualquer resultado ilícito ou ato específico praticado pelo servidor.

(C) O particular que se utiliza de meio fraudulento para induzir o juiz a erro, com o objetivo de obter uma sentença favorável, será punido por estelionato, não se aplicando a tipificação de fraude processual.

(D) A denúncia caluniosa, configurada quando alguém imputa falsamente a outra pessoa a prática de crime, é um crime contra a administração pública, sendo punida com reclusão de 2 a 8 anos, independentemente de ter sido a denúncia recebida pela autoridade policial.

(E) A corrupção passiva, prevista no artigo 317 do Código Penal, pode ser cometida exclusivamente por particulares, sendo o funcionário público apenas o agente que recebe a vantagem ilícita.

Direito Administrativo

Maria Júlia

61

A delimitação do tema sobre a responsabilidade civil do Estado refere-se às obrigações extracontratuais decorrentes de atos lesivos — sejam eles lícitos ou ilícitos, comissivos ou omissivos — praticados por pessoas jurídicas que integram o Estado. Dessa forma, sempre que o Poder Executivo, o Poder Legislativo ou o Poder Judiciário, por intermédio de seus agentes que exercem funções públicas em nome do Estado, causarem danos a terceiros, a responsabilidade não recai diretamente sobre o agente público que praticou o ato. Sobre a evolução da responsabilidade civil do Estado, analise as afirmações abaixo e escolha a correta.

- (A) A teoria da irresponsabilidade estatal permanece vigente em ordenamentos contemporâneos, como na Inglaterra.
- (B) A teoria da culpa administrativa exige a comprovação de dolo do agente público para responsabilização estatal.
- (C) A teoria do risco administrativo admite excludentes de responsabilidade, enquanto o risco integral não as admite.
- (D) A teoria da culpa civil baseia-se na objetividade da responsabilidade estatal, independentemente da conduta do agente.
- (E) A teoria do risco integral é amplamente aplicada em casos de atos administrativos lícitos.

62

De acordo com o artigo 28 da LINDB, o agente público responde pessoalmente por:

- (A) todas as suas decisões, independentemente de dolo ou culpa.
- (B) erros técnicos, desde que comprovada a ausência de dolo ou erro grosseiro.
- (C) decisões técnicas tomadas com dolo ou erro grosseiro.
- (D) qualquer decisão administrativa que gere prejuízo ao erário público.
- (E) atos praticados no exercício regular de suas funções, mesmo que lícitos.

63

Sobre o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa estabelecido pela Lei n. 8.429/1992, analise as alternativas abaixo e escolha a correta:

- (A) A improbidade administrativa abrange tanto condutas dolosas quanto culposas, desde que estas causem prejuízo ao patrimônio público.
- (B) O dolo, para configuração de ato de improbidade, consiste na vontade livre e consciente de alcançar resultado ilícito tipificado na Lei.
- (C) A mera divergência interpretativa de norma administrativa pode configurar ato de improbidade, desde que cause lesão ao erário.
- (D) Agentes políticos estão excluídos do conceito de agente público para fins de responsabilização por improbidade administrativa.
- (E) A Lei não admite a responsabilidade de particulares em atos de improbidade, ainda que recebam recursos públicos.

64

No que tange às indenizações, analise as afirmativas abaixo e escolha a alternativa correta.

- (A) A ajuda de custo é paga ao servidor transferido a pedido para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.
- (B) É vedado o pagamento de ajuda de custo em caso de remoção ex officio para municípios da mesma região metropolitana.
- (C) A indenização de transporte é concedida para compensar despesas com a utilização de transporte público por servidores em serviço externo.
- (D) O auxílio-moradia é concedido apenas quando o servidor não possuir imóvel próprio na nova sede, independentemente do cargo ocupado.
- (E) O valor do auxílio-moradia não pode exceder 25% da remuneração do cargo em comissão, salvo previsão específica.

65

Sobre as modalidades de licitação, previstas na nova lei de licitações, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido criar modalidades híbridas de licitação, desde que fundamentadas em regulamento próprio.
- (B) O pregão deve ser utilizado para qualquer objeto, incluindo serviços intelectuais.
- (C) O diálogo competitivo é restrito a contratações que demandem inovação ou adaptação técnica significativa.
- (D) Concorrência e pregão não podem adotar o mesmo rito procedimental.
- (E) O concurso é utilizado exclusivamente para obras e serviços de engenharia.

66

A Nova Lei de Licitações emerge em um cenário de constante evolução das práticas de contratação no setor público, com o objetivo de modernizar e aprimorar os procedimentos. A norma busca promover maior eficiência, transparência e alinhamento aos princípios da boa gestão, da economicidade e da inovação. Com base nos objetivos do processo licitatório estabelecidos na lei, analise as afirmativas a seguir e escolha a alternativa correta.

- (A) O processo licitatório busca exclusivamente a seleção da proposta de menor preço para atender ao princípio da economicidade.
- (B) Garantir a inovação e o desenvolvimento sustentável é um objetivo secundário e dispensável do processo licitatório.
- (C) A alta administração deve implementar mecanismos de gestão de riscos, mas a avaliação das contratações não está entre suas responsabilidades diretas.
- (D) A seleção da proposta mais vantajosa deve considerar todo o ciclo de vida do objeto da contratação, e não apenas seu custo inicial.
- (E) O objetivo principal do processo licitatório é evitar contratações com preços inexequíveis, sendo os outros objetivos meramente acessórios.

67

O art. 7º da LAI assegura o direito de acesso a informações públicas. Sobre as garantias previstas, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- I – É assegurado o acesso a informações relativas à administração de patrimônio público e a contratos administrativos.
- II – Quando houver informação sigilosa em um documento, o acesso à parte não sigilosa pode ser negado pelo órgão público.
- III – Informações sobre programas, metas e indicadores da Administração Pública devem ser disponibilizadas independentemente de solicitação.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.
- (E) Nenhuma das afirmativas está correta.

68

Durante a execução de suas funções, um agente público toma decisões com base nos princípios constitucionais que regem a administração pública. Dentre esses princípios, assinale aquele que impõe a conformidade com padrões éticos, mesmo que não explicitamente previstos em lei.

- (A) O princípio da publicidade dispensa qualquer tipo de motivação nos atos administrativos que envolvam sigilo fiscal.
- (B) A legalidade administrativa é subordinada à conveniência do administrador.
- (C) A moralidade administrativa exige conformidade com padrões éticos, ainda que implícitos.
- (D) O princípio da eficiência pode ser relativizado em razão de limitações orçamentárias.
- (E) A publicidade é o único princípio absoluto no Direito Administrativo.

69

Caso hipotético: Uma empresa utiliza substâncias químicas que, se descartadas incorretamente, podem causar danos ambientais. A fiscalização do descarte desses resíduos, realizada por agentes do poder público, insere-se na seguinte competência da Administração:

- (A) Poder discricionário.
- (B) Poder hierárquico.
- (C) Poder regulamentar.
- (D) Poder de polícia.
- (E) Poder disciplinar.

70

Caso hipotético: um agente público emitiu um ato administrativo que, após a análise, foi considerado ilegal devido à ausência de competência. Analise as alternativas e assinale a que apresenta o destino desse ato.

- (A) Revogação, por conveniência administrativa.
- (B) Anulação, devido à sua ilegalidade.
- (C) Manutenção, caso não tenha causado danos.
- (D) Conversão em ato discricionário.
- (E) Extinção automática pelo decurso de prazo.

Administração Pública

Bruno Eduardo

71

O administrador de uma autarquia federal foi incumbido de melhorar o desempenho organizacional em termos de resultados tangíveis e intangíveis. Para isso, foi orientado a realizar um planejamento estratégico alinhado aos objetivos institucionais, a reestruturar os processos administrativos e a implementar um sistema de controle que assegurasse a mensuração dos resultados. Considerando os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, avalie as alternativas abaixo e identifique aquela que representa corretamente os princípios que o administrador deve observar para alcançar os resultados esperados.

- (A) A eficiência está relacionada à entrega de resultados alinhados às necessidades sociais, enquanto a eficácia se refere à otimização de recursos disponíveis.
- (B) A eficácia envolve a realização de atividades com menor custo possível, independentemente do impacto gerado.
- (C) A eficiência diz respeito ao melhor uso dos recursos disponíveis, enquanto a efetividade considera o impacto das ações realizadas na sociedade.
- (D) A efetividade é alcançada pela minimização de custos em processos, enquanto a eficácia é obtida com a maximização de lucros.
- (E) A eficácia é o indicador do impacto social de uma ação, enquanto a eficiência está associada à execução de atividades sem considerar o consumo de recursos.

72

Um gestor público está estruturando o planejamento estratégico de sua instituição. Para garantir que os objetivos organizacionais sejam atingidos, ele deve compreender os níveis de planejamento e como cada um deles se relaciona. Identifique a alternativa que descreve corretamente as características dos níveis estratégico, tático e operacional no planejamento público.

- (A) O planejamento estratégico é detalhado e operacionalizado diretamente nos processos de rotina.
- (B) O planejamento tático alinha as metas organizacionais aos recursos disponíveis e é essencialmente flexível.
- (C) O planejamento operacional é voltado para a definição da visão de longo prazo e dos objetivos estratégicos.
- (D) O planejamento estratégico estabelece diretrizes gerais, enquanto o planejamento operacional detalha ações específicas para sua implementação.
- (E) O planejamento tático é restrito às decisões de alto nível e não considera limitações de recursos.

73

Uma organização pública enfrentava atrasos no atendimento aos cidadãos. Após análise, constatou-se que o problema estava na falta de mapeamento adequado dos processos internos. Com base nos conceitos de gestão de processos, assinale a abordagem mais indicada para resolver o problema.

- (A) Automatizar todas as atividades sem revisar os processos existentes.
- (B) Realizar um mapeamento detalhado dos processos, identificando gargalos e propondo melhorias.
- (C) Eliminar etapas do processo para reduzir custos, independentemente do impacto no atendimento.
- (D) Implementar ferramentas de tecnologia sem priorizar a revisão dos processos.
- (E) Substituir os gestores responsáveis pelos setores afetados sem alterar os processos.

74

O gestor de uma instituição pública identificou a necessidade de promover a descentralização administrativa para agilizar decisões e melhorar o atendimento. Considerando os princípios de organização, assinale a alternativa que apresenta corretamente os impactos esperados dessa decisão.

- (A) Redução da autonomia das unidades locais.
- (B) Maior controle centralizado sobre as operações.
- (C) Restrição ao fluxo de informações entre os níveis hierárquicos.
- (D) Menor participação das unidades locais nos processos decisórios.
- (E) Aumento da flexibilidade na tomada de decisões locais.

75

Uma organização pública decidiu adotar tecnologias baseadas em inteligência artificial (IA) para otimizar o processamento de informações jurídicas. Considerando os impactos da transformação digital na administração pública, avalie os possíveis benefícios dessa decisão.

- (A) Melhoria na eficiência dos processos e redução do tempo de análise de dados.
- (B) Redução da transparência, devido à complexidade das soluções tecnológicas.
- (C) Aumento do número de etapas burocráticas, devido à implementação tecnológica.
- (D) Diminuição da participação do cidadão nos processos administrativos.
- (E) Comprometimento da segurança dos dados, devido à maior automação.

Administração Financeira e Orçamentária

Anderson Ferreira

76

No Brasil, a elaboração do orçamento público conta com três instrumentos previstos na Constituição: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

Sobre a LDO e seus anexos, é incorreto afirmar que

- (A) dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- (B) compreende as metas e prioridades da administração pública.
- (C) conterá demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções e anistias.
- (D) na União, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial estão estabelecidos em anexo específico.
- (E) estabelece metas anuais relativas a resultados nominal e primário.

77

Sobre os instrumentos de planejamento e orçamento e o respectivo processo constitucional orçamentário, é correto afirmar que

- (A) a lei orçamentária anual, na concepção do orçamento-programa, enfatiza a realização das ações orçamentárias previstas e vincula ao planejamento para a realização das políticas públicas.
- (B) a lei que institui o plano plurianual, como instrumento de planejamento estratégico para o orçamento, é de iniciativa privativa do parlamento.
- (C) as normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta devem ser instituídas, sob a égide da vigente Constituição, por lei ordinária.
- (D) a lei de diretrizes orçamentárias possui vigência de quatro anos, coincidentes com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- (E) o plano plurianual compreende o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

78

Considere as definições a seguir:

- A lei do orçamento conterà todas as receitas, inclusive as operações de crédito autorizadas em lei.
- Em regra, é proibida a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra.

É correto afirmar que as definições se referem, respectivamente, aos princípios

- (A) do orçamento bruto e da não afetação.
- (B) da universalidade e da não afetação.
- (C) do orçamento bruto e da proibição do estorno.
- (D) da universalidade e da proibição do estorno.
- (E) da transparência e da não afetação.

79

A partir da leitura do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª edição, têm-se as classificações da despesa pública. De acordo com o citado Manual,

- (A) a classificação por natureza estabelece o programa, a ação e o subtítulo de aplicação.
- (B) uma das importantes funções da modalidade de aplicação é permitir a eliminação de dupla contagem no orçamento.
- (C) a classificação funcional está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
- (D) a classificação por esfera orçamentária busca definir em que área de ação governamental a despesa será realizada.
- (E) as despesas correntes contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

80

Sobre a transparência da gestão fiscal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) No Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, quando for o caso, serão apresentadas justificativas para a limitação de empenho.
- (B) O Relatório de Gestão Fiscal – RGF será emitido a cada quadrimestre.
- (C) O Tribunal de Contas competente alertará o Poder Judiciário caso a sua despesa com pessoal ultrapasse 90% do limite.
- (D) Compete ao Poder Executivo emitir o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO.
- (E) Os estados e municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União, para fins de consolidação, até trinta e um de maio.

Discursiva

Letícia Bastos

A transparência pública é um princípio fundamental da administração pública, garantido pela Constituição Federal, e tem como objetivo proporcionar o acesso à informação e a fiscalização das ações governamentais pela sociedade. No entanto, no Brasil, muitos desafios, como a falta de clareza nos dados e a dificuldade de acesso a portais de transparência, ainda limitam a plena efetivação desse direito.

Como você avalia a importância da transparência pública para a administração pública brasileira? Quais estratégias podem ser adotadas para garantir maior efetividade no acesso às informações públicas?

Diga o que pensa sobre o tema em um texto dissertativo-argumentativo, com extensão entre 20 e 30 linhas, utilizando linguagem culta e mantendo uma estruturação lógica.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



2º Simulado
Ministério Público da União
Técnico do MPU – Administração

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva